Quando o território fala: narrativas quilombolas e percepções sobre mudanças climáticas na Amazônia Atlântica

When the territory speaks: quilombola narratives and perceptions of climate change in the Atlantic Amazon

Cuando el território habla: narrativas quilombolas y percepciones sobre el cambio climático em la Amazonía Atlántica

Marilu Teixeira Amaral[1]
Ruineris Almada Cajado[2]

Resumo

Amaral, M. T. Cajado, R. A. Quando o território fala: narrativas quilombolas e percepções sobre mudanças climáticas na Amazônia Atlântica. ***Rev. C&Trópico***, v. 49, n. 2, p. 167-194, 2025. Doi: 10.33148/ctrpico.v49i2.2676

Este artigo examina como moradores do Quilombo São José do Matapi, na cidade de Macapá - Amapá, na Amazônia Atlântica, constroem significados para as mudanças climáticas e para o território que habitam a partir de práticas educomunicativas. Com base no referencial das representações sociais, do diálogo freireano e da justiça climática situada, realizamos estudo qualitativo exploratório composto por 30 entrevistas curtas (diagnóstico local), registros de campo e 41 formulários de avaliação de quatro sessões audiovisuais seguidas de rodas de conversa. As respostas abertas foram analisadas por meio de análise de conteúdo temática descritiva com codebook enxuto, cálculo de frequências e identificação de coocorrências úteis. Os achados, organizados em cinco eixos, são descritivos e situados: (1) consciência socioambiental (menções recorrentes a "antes/hoje" e responsabilidades compartilhadas); (2) percepção de riscos (irregularidade das chuvas, calor, queimadas/fumaça e alusões pontuais à água e saúde); (3) relação simbólica com o território (pertencimento ao rio/marés e memórias locais); (4) práticas comunicativas e educativas (menções à escola e reconhecimento do debate como espaço de reflexão); e (5) engajamento comunitário (indícios esporádicos de ações coletivas). Os resultados oferecem subsídios qualitativos para ações de adaptação e educação ambiental contextualizadas, evidenciando a importância de mediações dialógicas que reconheçam as vozes quilombolas na leitura do clima e do território.

Palavras-chave: Representações sociais; Justiça climática; Quilombo; Amazônia Atlântica.

Abstract

Amaral, M. T. Cajado, R. A. When the territory speaks: quilombola narratives and perceptions of climate change in the Atlantic Amazon. ***Rev. C&Trópico***, v. 49, n. 2, p. 167-194, 2025. Doi: 10.33148/ctrpico.v49i2.2676

This article examines how residents of the São José do Matapi Quilombo, in Macapá - Amapá State, in the Atlantic Amazon, construct meanings about climate change and their territory through educommunicative practices. Drawing on the frameworks of social representations, Freirean dialogue, and situated climate justice, we conducted a qualitative exploratory study composed of 30 short interviews (local diagnostic), field notes and 41 evaluation forms from four audiovisual sessions followed by discussion circles. Open-ended responses were analyzed through descriptive thematic content analysis using a concise codebook, frequency counts, and

[1] Mestra em Biologia Ambiental. Professora da Universidade do Estado do Amapá (Ueap). E-mail: marilu.amaral@ueap.edu.br.Orcid: https://orcid.org/0000-0003-0892-3259

[2] Mestre em Recursos Pesqueiros. Professor da Universidade do Estado do Amapá (Ueap). E-mail: ruineris.cajado@ueap.edu.br.Orcid: https://orcid.org/0000-0002-7047-0302

the identification of relevant co-occurrences. The findings, organized into five descriptive and situated thematic axes, include: (1) socio-environmental awareness (recurrent references to “before/now” and shared responsibilities); (2) perception of climate risks (irregular rainfall, heat, wildfires/smoke, and occasional mentions of water and health); (3) symbolic relationship with the territory (sense of belonging to the river/tides and local memories); (4) communicative and educational practices (references to the school and recognition of the debates as spaces for reflection); and (5) community engagement (sporadic evidence of collective actions). The results provide qualitative insights for context-based adaptation and environmental education initiatives, highlighting the importance of dialogical mediations that acknowledge quilombola voices in interpreting climate and territory.
Keywords: Social representations; Climate justice; Quilombo; Atlantic Amazon.

Resumen

Amaral, M. T. Cajado, R. A. Cuando el território habla: narrativas quilombolas y percepciones sobre el cambio climático em la Amazonía Atlántica. ***Rev. C&Trópico***, v. 49, n. 2, p. 167-194, 2025. Doi: 10.33148/ctrpico.v49i2.2676

Este artículo examina cómo los habitantes del Quilombo São José do Matapi, en la ciudad de Macapá - estado de Amapá, en la Amazonia Atlántica, significan los cambios climáticos y el territorio a partir de prácticas educomunicativas. Con base en los marcos teóricos de las representaciones sociales, el diálogo freireano y lajusticia climática situada, se realizo un estúdio cualitativo y exploratório compuesto por 30 entrevistas breves (diagnóstico local), registros de campo y 41 formularios de evaluación de cuatro sesiones audiovisuales seguidas de círculos de conversación. Las respuestas abiertas fueron analizadas mediante análisis de contenido temático descriptivo com un codebook conciso, cálculo de frecuencias e identificación de coocurrencias relevantes. Los resultados, organizados en cinco ejes temáticos descriptivos y situados, incluyen: (1) conciencia socioambiental (referencias recurrentes a “antes/ahora” y responsabilidades compartidas); (2) percepción de riesgos climáticos (irregularidad de las lluvias, calor, incendios/humo y menciones ocasionales al agua y la salud); (3) relación simbólica com el territorio (sentido de pertenencia al río/las mareas y memorias locales); (4) prácticas comunicativas y educativas (referencias a la escuela y reconocimiento del debate como espacio de reflexión); y (5) participación comunitaria (indicios esporádicos de acciones colectivas). Los hallazgos aportan insumos cualitativos para acciones de adaptación y educación ambiental contextualizadas, resaltando la importancia de mediaciones dialógicas que reconozcan las voces quilombolas en la interpretación del clima y del territorio.
Palabras clave: Representaciones sociales; Justicia climática; Quilombo; Amazonia Atlántica.

Data de submissão: 10/10/2025
Data de aceite: 24/11/2025

1.Introdução

As mudanças climáticas deixaram de ser compreendidas apenas como fenômeno físico-ambiental para se consolidarem como questão social e política de escala planetária. No contexto latino-americano, elas revelam desigualdades estruturais e históricas que configuram aquilo que Acselrad (2009) denomina de injustiça climática, marcada pela sobreposição entre vulnerabilidade ambiental, pobreza e exclusão territorial. A Amazônia, ao concentrar os maiores contrastes entre abundância de recursos naturais e precariedade socioeconômica, constitui espaço emblemático dessa contradição (SILVA, 2025).

No Brasil, estudos recentes sobre pobreza e vulnerabilidade socioambiental (CEPAL, 2022; PEREIRA *et al,*2025), risco climático e desigualdades regionais (IPCC, 2022; MARENGO; ESPINOZA, 2016) e proteção social voltada à adaptação climática (BAGOLLE; COSTELLA; GOYENECHE, 2023; IPEA, 2024) indicam que políticas de adaptação só produzem efeitos duráveis quando enfrentam as barreiras socioeconômicas e os padrões territoriais de exclusão que estruturam a vulnerabilidade. Esse é um requisito central para que a transição energética e climática avance de forma justa. Ao mesmo tempo, a comunicação pública do clima vem sendo reposicionada como dimensão estratégica para engajar públicos diversos e qualificar o debate democrático, inclusive fora dos circuitos técnico-científicos, como no jornalismo, nas mídias comunitárias e em produtos audiovisuais (FERNÁNDEZ-REYES, 2024).

Nesse horizonte, a educomunicação, derivada de matrizes freireanas e consolidada como campo teórico-prático no Brasil, oferece um arcabouço de mediação cultural que privilegia diálogo, coautoria e escuta ativa de populações vulnerabilizadas (SOARES, 2011). Em contextos amazônicos, práticas comunicativas dialógicas (exibições audiovisuais, rodas de conversa, registros orais) podem ampliar repertórios simbólicos sobre o clima e apoiar processos de reflexão crítica, pertencimento territorial e agência coletiva (AMARAL-FILHO; CASTRO; SEIXAS, 2010).

Localizado na chamada Amazônia Atlântica, o estado do Amapá evidencia de forma particular tais assimetrias: comunidades ribeirinhas e quilombolas convivem com degradação ambiental, erosão de margens, alterações nos regimes de chuva e a crescente instabilidade da pesca artesanal, marcada por mudanças nos ciclos de cheia e vazante, deslocamento de estoques, variações de salinidade e perda de áreas tradicionais de manejo (SEMA/AP, 2023). Esses impactos repercutem não apenas na materialidade ecológica, mas no imaginário, no pertencimento e nas narrativas coletivas sobre o território. Compreender a crise climática na região exige incorporar “geografias do sentir e do saber”, nas quais a experiência local traduz e ressignifica o global (PORTO-GONÇALVES, 2006), em diálogo com as concepções de habitar e percepção ambiental de Ingold (2015) e com as territorialidades plurais discutidas por Escobar (2016).

Os quilombos amazônicos, herdeiros de saberes ancestrais e de estratégias de resistência territorial, constituem espaços privilegiados para observar como comunidades traduzem o fenômeno climático em linguagem cotidiana e moral. Nesses contextos, a percepção de mudanças no tempo e nas águas converte-se em memória

social mediada por práticas comunicativas orais e visuais (BRITO *et al*., 2021; FRANÇA; PINTO; MOREIRA, 2025). Reconhecer essas percepções não é mero levantamento etnográfico: trata-se de condição para políticas públicas coerentes com especificidades locais.

Do ponto de vista teórico-metodológico, o referencial das representações sociais oferece chaves para compreender como o "clima" é apropriado no cotidiano, circula em narrativas e orienta práticas (MOSCOVICI, 2007; JODELET, 2017). Em diálogo com abordagens latino-americanas sobre território, evitam-se reduções ambientalistas ou economicistas ao conceber o quilombo como lugar de enunciação e pluralidade de territorialidades (HAESBAERT, 2020).

Este artigo examina percepções e representações sociais das mudanças climáticas em um território quilombola amazônico, o Quilombo São José do Matapi, em Macapá (AP), e discute em que medida uma intervenção comunicativa baseada em narrativas audiovisuais e debates coletivos favorece processos de sensibilização e reflexão crítica sobre a crise climática. Ao privilegiar a escuta de vozes locais e suas formas de narrar, o estudo contribui para o campo das Ciências Sociais ao articular comunicação, território e justiça climática, oferecendo evidências qualitativas úteis para o desenho de políticas de adaptação socialmente enraizadas (SCHLOSBERG; COLLINS, 2014).

Assumimos uma abordagem qualitativa e interpretativa, ancorada nas representações sociais (MOSCOVICI, 2007; JODELET, 2017), na comunicação dialógica (FREIRE, 1997; SOARES, 2022) e na justiça climática situada (SCHLOSBERG; COLLINS, 2014), buscando identificar de que modo práticas comunicativas se tornam mediadoras de consciência ambiental e ação comunitária. Assim, a análise propõe compreender o território quilombola não apenas como espaço físico, mas como lugar de enunciação, onde o território, de fato, fala.

2. Educomunicação e o diálogo freiriano na Era Climática

A crise climática demanda modos de comunicação orientados à participação, não apenas à transmissão de informação. No Brasil, a educomunicação, ancorada na pedagogia crítica de Paulo Freire, estrutura processos dialógicos que articulam saberes científicos e saberes comunitários, com foco em autonomia e coautoria (FREIRE, 1997;

SOARES, 2011; SOARES, 2022). Em contextos amazônicos marcados por desigualdades históricas, o diálogo é condição para produzir sentidos socialmente situados sobre clima, território e justiça (FERNÁNDEZ-REYES, 2024).

2.1 Comunicação dialógica e cidadania ecológica

Entendida como prática educativa mediada pela comunicação, a educomunicação promove uma leitura crítica do ambiente e das relações de poder que o atravessam (FREIRE, 1997; SOARES, 2011). Na perspectiva latino-americana, a comunicação climática deve evitar modelos unidirecionais e adotar metodologias participativas que reconheçam populações locais como produtoras de conhecimento (FERNÁNDEZ-REYES, 2024). Evidências em experiências brasileiras indicam que processos baseados em escuta, oralidade e participação fortalecem pertencimento e ação coletiva, componentes da cidadania ecológica (BALDIN; ALBUQUERQUE, 2012; SOARES; VIANA, 2021). Nessa chave, acesso à informação é necessário, mas insuficiente: importa a capacidade coletiva de interpretar, deliberar e intervir no território.

2.2 Narrativas e **storytelling** *como mediações de aprendizagem*

Narrativas orais e audiovisuais, quando produzidas de modo colaborativo, funcionam como mediações de aprendizagem que integram memória, afeto e análise do cotidiano (ANTUNES; SILVA, 2017). No quadro das representações sociais, narrar organiza a experiência, estabiliza referências compartilhadas e orienta práticas (JODELET, 2017). Em contextos amazônicos, onde a oralidade possui centralidade, projetos educomunicativos com jovens têm mostrado que a produção de relatos, fotos e vídeos potencializa o reconhecimento do território e o engajamento cívico (SOARES; VIANA, 2021; BRITO et al., 2021). O valor das narrativas, aqui, não é apenas expressivo, mas pedagógico: favorece a leitura situada de riscos e cuidados ambientais.

2.3Educomunicação como prática territorial de resistência

Inserida no território, a educomunicação atua como mediação entre memória coletiva e ação política, ampliando a agência de grupos historicamente silenciados (BRITO et al., 2021). Em comunidades quilombolas amazônicas, oficinas audiovisuais e processos de registro oral têm sido utilizados como tecnologias sociais que fortalecem identidades, evidenciam assimetrias e sustentam reivindicações por direitos (CUSTÓDIO et al., 2019). Essa orientação é compatível com a pedagogia freireana: a prática comunicativa favorece a passagem da consciência crítica à ação transformadora, sem dissociar dimensão cognitiva, ética e afetiva (FREIRE, 1997; SOARES, 2022). Em suma, comunicar, nesse contexto, é disputar interpretações públicas do território e da crise climática.

3. Território, identidade e representações sociais na Amazônia

A leitura do clima na Amazônia exige articular espaço vivido, relações de poder e produção de sentidos. Nesta seção, integramos três chaves: (i) território como construção simbólico-política; (ii) representações sociais do ambiente; e (iii) o Quilombo São José do Matapi como lugar de enunciação.

3.1 Território como construção simbólica e política

Em perspectiva latino-americana, território não se reduz a uma superfície física nem a um recorte jurídico-administrativo: é categoria prática, normativa e analítica em interação, na qual se disputam significados, regras e usos (HAESBAERT, 2020). Essa abordagem destaca o poder (material e simbólico) na produção de territorialidades, situando a Amazônia como arena de tensões entre projetos estatais, interesses econômicos e modos de vida tradicionais.

No Amapá, tais tensões são visíveis nas áreas protegidas e seus entornos, onde decisões regulatórias, pressões de mercado e práticas ribeirinhas/quilombolas compõem espacialidades em disputa (LOMBA; PORTO, 2020). Ler território como obra coletiva simultaneamente vivida (práticas e vínculos), regulada (normas e políticas) e pensada (categoria analítica) permite compreender por que políticas ambientais e urbanas frequentemente friccionam com territorialidades ancestrais e com a economia da pesca/rios no estuário amapaense.

Implicação analítica para este estudo: ao falar de “território que fala”, tomamos o território como processo de enunciação (quem pode dizer o quê, onde e com que legitimidade), e não como mero cenário. Isso ancorará a leitura das narrativas locais sobre rios, chuvas e cidade.

3.2 Representações sociais e imaginários ambientais

As representações sociais ajudam a entender como grupos analisam, estabilizam e partilham sentidos sobre objetos novos ou controversos, como as “mudanças climáticas”, convertendo-os em referências do cotidiano (MOSCOVICI, 2007; JODELET, 2017). Dois processos são particularmente úteis como pistas analíticas: ancoragem (quando o novo é ligado ao familiar, p.ex., “chuva fora do tempo” em contraste com “como era antes”) e objetivação (quando noções abstratas ganham forma em imagens ou metáforas, p.ex., “o rio adoece”). Na Amazônia urbana e ribeirinha, esses sentidos circulam pela oralidade, por imagens e por memórias que atravessam casa, escola, igreja, associações e mídias comunitárias.

No presente estudo, adotamos uma operacionalização parcimoniosa de Representações Sociais (RS), compatível com o corpus disponível:

(a) Conteúdos: identificação dos elementos salientes de clima/território mencionados nas respostas abertas (p.ex., chuvas fora do tempo, ventos, queimadas/fumaça, qualidade da água, resíduos/lixo, pesca, agricultura, saúde, infraestrutura/poder público);

(b) Processos (indícios): exemplos ilustrativos de ancoragem (memória familiar, religião, mídia/escola) e de objetivação (metáforas, temporalizações “antes/hoje”, espacializações rio–cidade), quando emergirem espontaneamente nas falas;

(c) Funções: não são avaliadas sistematicamente; eventuais menções a práticas (cuidado, mobilidade, defesa do território) serão tratadas como indícios descritivos, sem inferir mudança comportamental.

Essa lente evita tanto o determinismo ambiental (reduzir sentidos a condições físicas) quanto o normativismo comunicacional (atribuir efeitos não observados), mantendo a análise situada e compatível com o escopo empírico do estudo.

3.3 O Quilombo São José do Matapi como lugar de enunciação

O Quilombo São José do Matapi do Porto do Céu, no município de Macapá, é uma comunidade ribeirinha certificada pela Fundação Cultural Palmares (Portaria nº 135/2010), constando no Livro de Cadastro Geral. O território segue em processo de regularização fundiária junto ao Estado (BRASIL, 2010; BRASIL, 2020). A posição periurbana, entre rio e cidade, condensa pressões típicas da Amazônia Atlântica: mudanças no regime das águas, contaminação/assoreamento, avanço urbano e especulação, sem dissociar memória de parentesco, trabalho sobre o estuário e vida escolar/comunitária (CUSTÓDIO; SOUZA; ALMEIDA, 2019; SOARES, 2022).

Escutar o Matapi como lugar de enunciação significa reconhecer que suas falas sobre rio, cidade e clima são representações socialmente ancoradas que organizam cuidado, memória, mobilidade e defesa de direitos. É nessa chave que trataremos as narrativas analisadas: não como "opiniões" isoladas, mas como produção simbólica situada, atravessada por multi/transterritorialidades (HAESBAERT, 2020) e por histórias de resistência quilombola na capital amapaense.

4. Mudanças climáticas e justiça socioambiental

As mudanças climáticas, mais que um problema físico-ambiental, expõem assimetrias históricas de poder, distribuição de riscos e reconhecimento social. Na chave da justiça socioambiental, a crítica aponta que grupos menos responsáveis pelos danos tendem a suportar desproporcionalmente seus efeitos, ao mesmo tempo em que têm menor voz nos processos decisórios (ACSELRAD, 2009). Esse enquadramento desloca o foco de "impactos naturais" para estruturas sociais que produzem vulnerabilidades.

4.1 Desigualdades e riscos na Amazônia brasileira

No Brasil, diagnósticos recentes indicam que a Amazônia concentra alta exposição a extremos climáticos e baixa capacidade adaptativa em segmentos ribeirinhos, indígenas e quilombolas, especialmente em áreas periurbanas (COELHO et al, 2024). No Amapá, o *Relatório do Comitê de Crise* (AMAPÁ, 2023) registra episódios de estiagem, queimadas e estresse hídrico com repercussões sobre abastecimento, saúde e atividades produtivas, e recomenda coordenação

interinstitucional para resposta e prevenção. Em síntese, trata-se de um território onde abundância ecológica convive com precariedades de infraestrutura e serviços, o que amplia o risco socioambiental e complexifica estratégias de adaptação.

Implicação para este estudo: o caso do Quilombo São José do Matapi, situado na Amazônia Atlântica e em zona periurbana, ilustra o acoplamento entre riscos ambientais e desigualdades urbanas, condição que enquadra as percepções locais de "chuva", "rio" e "pesca" não apenas como fatos naturais, mas como experiências territorialmente mediadas.

4.2 Vulnerabilidade, reconhecimento e capacidade de agir

No arcabouço de justiça climática, Schlosberg e Collins (2014) propõem articular três dimensões: distribuição (quem arca com riscos e quem se beneficia), reconhecimento (quais saberes, identidades e modos de vida são legitimados) e capacidade de agir (condições para participar e influenciar decisões). Essa tríade é útil para ler contextos quilombolas amazônicos: a distribuição desigual de impactos se soma a histórias de invisibilidade e a limites práticos de participação, produzindo vulnerabilidades compostas.

No plano das políticas, o BID (2023) enfatiza que proteção social sensível ao clima, seguros, transferências, apoios a meios de vida, são parte da agenda adaptativa quando integrada a arranjos locais de solidariedade e cuidado. Já o Coelho *et al* (2024) destaca a necessidade de dados territoriais e governança intersetorial, sob pena de reproduzir assimetrias. O *Relatório do Comitê de Crise* (AMAPÁ, 2023) corrobora esse ponto ao recomendar articulação entre Defesa Civil, universidades e coletivos em ações de comunicação, prevenção e resposta.

Pensar justiça climática situada no Matapi significa observar como riscos e cuidados são narrados (distribuição), quais vozes e saberes são reconhecidos (reconhecimento) e que condições existem para agir (capacidade). É nesse entrecruzamento que dispositivos educomunicativos podem operar como mediações de escuta e visibilidade, sem que se presuma, a priori, transformação comportamental.

4.3 Síntese operatória para o caso Matapi

Partimos, portanto, de um quadro em que mudanças no regime das águas, queimadas e resíduos se articulam a precariedades urbanas e disputas territoriais (COELHO *et al*, 2024; AMAPÁ, 2023). O referencial de justiça climática (SCHLOSBERG; COLLINS, 2014) orienta a leitura das narrativas locais ao indagar quem percebe o quê, com quais sentidos e para quê. Esse enquadramento não substitui análise empírica; ele a ancora e limita. Neste estudo, mapeamos conteúdos das representações (o que emerge nas falas), ilustramos indícios de processos (ancoragens e objetivação quando aparecerem) e evitamos inferir funções ou efeitos que os dados não permitem sustentar. Nesse horizonte, a educomunicação é tratada como condição de possibilidade para participação e reconhecimento, e não como garantia de resultados.

5.Material e métodos

5.1 Desenho, local e período

Trata-se de um estudo qualitativo, de caráter exploratório-descritivo, realizado no Quilombo São José do Matapi do Porto do Céu, em Macapá, no Amapá, entre junho e agosto de 2025. O quilombo situa-se em faixa ribeirinha periurbana, com forte vínculo entre modos de vida, sociabilidade e ambiente natural, certificado pela Fundação Cultural Palmares (Portaria nº 135/2010).

5.2 Participantes e amostragem

A seleção de participantes foi intencional por conveniência, considerando moradores acessíveis em circulação comunitária e presentes nos espaços das atividades no momento da coleta. Organizou-se entrevistas curtas (diagnóstico local): N=30 moradores (≥18 anos), aproximadamente 23% do universo estimado de ~130 residentes, abordados em circulação comunitária. Os critérios de inclusão foram residir/atuar no território, participação integral na atividade (quando aplicável), consentimento verbal livre e esclarecido; e critérios de exclusão foram a recusa em participar ou participação parcial sem condições de registro. Durante as sessões educomunicativas foram exibidos

quatro conteúdos audiovisuais[3] seguidas de rodas de conversa, com participação aberta a moradores. Ao final, aplicou-se formulário curtíssimo de avaliação (itens tipo Likert 1-5/nota 0-10 e campos abertos).

5.3 Procedimentos e instrumentos

Organizamos o trabalho em dois eixos articulados: Diagnóstico local a partir de entrevistas curtas seguindo um formulário com perguntas abertas sobre percepção de mudanças no clima, efeitos no território (rios, chuvas, ventos, queimadas, água, resíduos, pesca, agricultura/produção, saúde, infraestrutura/poder público) e estratégias de resposta (N=30). As entrevistas foram registradas como respostas escritas curtas. A mediação educomunicativa (4 sessões) seguindo um roteiro de: (i) breve contextualização; (ii) exibição do filme; (iii) roda de conversa com escuta estruturada; (iv) avaliação de processo via formulário curtíssimo. Registros em diário de campo (participação, reações, temas emergentes) e formulários de avaliação (relevância percebida, utilidade do debate, nota 0–10; comentários abertos).

As sessões foram concebidas como dispositivo educomunicativo dialógico ancorado em práticas de leitura de imagens, oralidade e cointerpretação (referencial freireano/educomunicação).

Para fins de apresentação, os resultados foram organizados em cinco eixos temáticos: (a) consciência socioambiental; (b) percepção de riscos climáticos; (c) relação simbólica com o território; (d) práticas comunicativas/educativas; (e) engajamento comunitário. Cada eixo foi corroborado por convergência entre (i) respostas escritas do diagnóstico, (ii) falas registradas durante as rodas, e (iii) observações de campo, quando disponível.

Os eixos analíticos sintetizam padrões narrativos recorrentes e indícios de processos representacionais observáveis no corpus. A interpretação privilegia a

---

[3]Classificação utilizada: Explícito - obras que abordam diretamente temas ambientais, energéticos ou climáticos; Temático - obras que tratam de narrativas amazônicas, territoriais ou de conflitos socioambientais de forma contextual; Simbólico - obras que apresentam metáforas, alegorias ou estéticas que remetem a risco, colapso, disputa por recursos ou futuros ambientais. Conteúdos audiovisuais exibidos: a) *O menino que descobriu o vento* (título original: *The boy who harnessed the wind*);Ano: 2019; Direção: Chiwetel Ejiofor; País de origem: Reino Unido / Malawi / Estados Unidos (coprodução). Classificação: explícito; b) *Amazônia eterna*; Ano: 2012; Direção: Belisario Franca; País de origem: Brasil. Classificação: explícito; c) *Ainbo - A guerreira da Amazônia* (título original: *Ainbo: spirit of the Amazon*)*;* Ano: 2021; Direção: Richard Claus e José Zelada; País de origem: Peru / Holanda / Estados Unidos (coprodução). Classificação: temático; e *Robô selvagem* (título original: *The wild robot*); Ano: 2024; Direção: Chris Sanders; País de origem: Estados Unidos. Classificação: simbólico.

densidade contextual das falas e sua articulação com práticas, memórias e categorias locais, evitando extrapolações que não dialoguem com o material empírico. Assim, cada tema é apresentado como configuração situada de sentidos, resultante da convergência entre relatos escritos, interações nas rodas de conversa e registros de campo.

5.4 Análise dos dados

Respostas abertas (entrevistas e comentários das sessões): análise de conteúdo temática descritiva (BARDIN, 2016), conduzida por um único codificador. Empregou-se um codebook enxuto (10–12 categorias de conteúdo), elaborado a partir de leitura exaustiva e ajustado iterativamente: chuvas fora do tempo; ventos; queimadas/fumaça; qualidade da água; resíduos/lixo; pesca/estoques; agricultura/safra; saúde; poder público/infraestrutura; pertencimento/território. Para cada resposta, registrou-se presença/ausência por categoria e, em seguida, calcularam-se frequências simples e coocorrências úteis (p.ex., “chuvas” × “pesca”/“saúde”).

Indícios de processos representacionais (ancoragem/objetivação) foram ilustrados com excertos curtos quando emergiram espontaneamente; não se estimou mudança comportamental (delimitação analítica). A leitura interpretativa seguiu uma lógica reflexiva de construção de temas, distinguindo temas centrais de sumários tópicos (Braun & Clarke). Formulários das sessões: tratamento descritivo (médias/notas; proporções de “relevante/muito relevante” e “o debate ajudou”), mais síntese dos comentários abertos por sessão.

Nota de rigor: Optamos por análise descritiva e reflexiva; não calculamos confiabilidade intercodificadora nem métricas psicométricas das escalas, em linha com o caráter exploratório e o tamanho do corpus.

5.5 Considerações éticas

Esta é uma pesquisa de opinião/percepção, com risco mínimo, sem coleta de identificadores pessoais. Houve consentimento livre e esclarecido verbal, com explicitação de objetivos, voluntariedade e possibilidade de desistência. Em conformidade com a Resolução CNS nº 510/2016, por envolver opiniões de participantes não identificados, não se enquadra para registro e avaliação no Sistema

CEP/Conep (art. 1º, parágrafo único, I). Os dados foram anonimizados sem chaves de reidentificação, tratados segundo a LGPD (Lei 13.709/2018) e armazenados em repositório institucional de acesso restrito à equipe.

5.6 Limitações e medidas de qualidade

Amostra pequena e localizada (N=30) e um único codificador → inferências situadas, não generalizáveis. Avaliação das sessões tem caráter processual; sem desenho antes/depois e sem validação de escala. Mitigações: trilha concisa de decisões analíticas (ajustes do codebook e exemplos típicos/atípicos); apresentação de casos divergentes quando pertinentes; triangulação leve entre (i) respostas escritas, (ii) falas nas rodas e (iii) observações de campo.

6. Resultados e discussão

6.1 Perfil do corpus

Foram analisadas 30 entrevistas curtas (diagnóstico local) e os registros de quatro sessões educomunicativas (formulários de avaliação e comentários abertos), realizadas entre junho e agosto de 2025 no Quilombo São José do Matapi, em Macapá, no Amapá. O N por sessão foram: Sessão 1 (N=[8]), Sessão 2 (N=[17]), Sessão 3 (N=[8]) e Sessão 4 (N=[8]).As análises abaixo organizam-se em cinco eixos temáticos; cada eixo foi corroborado por convergência entre: (i) respostas escritas do diagnóstico, (ii) falas registradas nas rodas, e (iii) observações de campo, quando disponíveis. Não se trata de medidas psicométricas ou constructos testados.

6.2 Consciência socioambiental

Aproximadamente 89,7% dos diálogos nas sessões mencionaram mudanças perceptíveis no ambiente local, como calor mais intenso, “chuvas fora do tempo”, ventos fortes, estiagens, cheias e queimadas. Esses tópicos reapareceram em três das quatro sessões educomunicativas, nas quais os comentários abertos associaram as alterações do clima ao cotidiano ribeirinho e escolar, com destaque para o impacto sobre pesca, agricultura e saúde. Alguns excertos ilustrativos, como:

“Teve um ano em que a seca foi bastante longa.” [E-01]

“Todo ano tem focos de queimadas.” [E-04]

As anotações realizadas pela equipe em diário de campo menciona expressões como “tempo virado[4]” e comparações “antes-agora”, em especial nas aberturas das rodas de conversa. Essas falas remetem a uma leitura empírica e sensorial do ambiente, marcada pela experiência intergeracional com os ciclos de chuva-vazante, base da economia e da vida comunitária local. O padrão identificado revela uma consciência socioambiental situada, enraizada em práticas e memórias coletivas. A alta frequência dessas menções não deve ser lida como indicador psicométrico, mas como evidência de salência discursiva do tema em um contexto ribeirinho diretamente afetado por eventos climáticos recentes. De fato, o Relatório do Comitê de Crise (AMAPÁ, 2023) documenta uma sequência de estiagens, focos de calor e episódios de fumaça que impactaram a região, reforçando a coerência entre o discurso dos participantes e o contexto ambiental observado no período.

Sob a ótica das representações sociais (MOSCOVICI, 2007; JODELET, 2017), expressões como “rio fraco” ou “antes chovia certo, agora é diferente” funcionam como mecanismos de ancoragem e objetivação: processos pelos quais o novo, o abstrato e a mudança climática são traduzidos em imagens familiares e concretas do cotidiano. Essas operações cognitivas e simbólicas não apenas tornam inteligível o fenômeno, mas também reafirmam a identidade coletiva em torno do território. Em Jodelet (2017), esse tipo de representação constitui um “conhecimento prático” que orienta a ação, ainda que não se organize como discurso científico.

Do ponto de vista educomunicativo, o fato de as percepções sobre o clima reaparecerem espontaneamente nas sessões dialogadas confirma o potencial das práticas de mediação descritas por Soares (2011): criar ecossistemas comunicativos capazes de promover a escuta, a reflexão e a circulação de sentidos entre saberes locais e informações midiáticas. As rodas de conversa possibilitaram, assim, o trânsito entre experiência sensorial e linguagem coletiva, um processo de tradução simbólica típico da práxis freireana (FREIRE, 1997; SOARES, 2011).

[4] É uma expressão popular que descreve um período de instabilidade climática, ou mudança brusca nas condições do clima, como transição repentina entre chuva forte, calor intenso e ventos, o que é comum na região amazônica devido à sua dinâmica atmosférica e proximidade com a floresta e os rios. O termo expressa a percepção e a sabedoria local sobre as variações do clima e seus impactos na vida diária, especialmente para quem depende da navegação e das atividades ao ar livre.

Ao mesmo tempo, é necessário reconhecer limites interpretativos. Parte da saliência do tema pode refletir a recência de eventos extremos (estiagens de 2023[5]) e o efeito de disponibilidade na memória dos participantes. Além disso, como o estudo não adota desenho pré/pós-intervenção, não se pode inferir mudança de percepção causada pelas sessões. A leitura deve, portanto, restringir-se ao plano descritivo e contextual, sem extrapolar para causalidade.

A consciência socioambiental observada no Quilombo São José do Matapi emerge de uma convergência entre experiência empírica, memória familiar e mediação comunicativa. As falas evidenciam uma forma local de compreender o clima, o "saber vivido", no sentido de Jodelet (2017), que se articula com o território e se reconfigura nos espaços de diálogo criados pelo projeto. Mais do que indicar um nível de conhecimento ambiental, esse resultado expressa um processo de significação coletiva em andamento, no qual a comunidade lê e narra as transformações climáticas a partir de seu próprio repertório simbólico e histórico.

6.3 Percepção de riscos climáticos

Cerca de 72% das entrevistas relacionam o clima a riscos concretos, sobretudo cheias/estiagens (≈41%; ~12/30), queimadas/fumaça (≈28%; ~8–9/30) e qualidade da água (≈22%; ~7/30). Também apareceram correlações práticas entre fenômenos ambientais e efeitos diretos no cotidiano: chuvas × pesca (6 casos) e lixo/água × saúde (4 casos). Nas sessões, as falas retomam esses riscos como preocupações gerais, com ênfase em escassez de água limpa e impactos da fumaça no cotidiano ribeirinho. Exemplos: "Quando o rio sobe demais, o peixe foge e a gente perde o trabalho." [E-07]; "A fumaça das queimadas deixa o ar pesado, a gente sente no peito." [E-14].

O padrão descrito é o de uma percepção situada e empírica do risco: o clima é ancorado no trabalho (pesca, agricultura) e na saúde, e objetivado por temporalizações ("antes chovia certo…") e espacializações ("lá no rio é pior que na cidade"). Essa forma de significação é consistente com a teoria das representações sociais (ancoragem/objetivação) em Jodelet (2017) e Moscovici (2007), que descrevem a

[5] A estiagem de 2023 no Amapá foi caracterizada por redução acentuada das chuvas, aumento dos focos de calor e episódios de fumaça, levando o governo estadual a decretar situação de emergência em diversos municípios (Amapá, Tartarugalzinho, Pracuúba, entre outros - Decreto Nº 9058 de 22 de novembro de 2023) entre outubro e novembro de 2023. Ver: *Relatório do Comitê de Crise de Eventos Hidrológicos e Mudanças Climáticas no Estado do Amapá* (SEMA/AP, 2023).

construção coletiva de sentidos a partir da experiência cotidiana. A triangulação com o do *Relatório do Comitê de Crise*(AMAPÁ, 2023) reforça a plausibilidade externa do achado, registrando estiagens prolongadas e aumento de focos de calor/queimadas no estado, exatamente os riscos mais citados nas entrevistas.

Em termos interpretativos, as falas expressam consciência de vulnerabilidade focada no imediato (meios de vida, água e ar), mais descritiva do que explicativa, traço compatível com a literatura de justiça climática no Brasil, onde o debate permanece pouco internalizado nas políticas, com ênfase fragmentada em eventos extremos e danos locais (TORRES et al, 2021). Como parte das soluções percebidas, a referência a escola/TV como fontes de informação sugere janela para estratégias educomunicativas que traduzam essas percepções em práticas protetivas (uso consciente da água, manejo do lixo), alinhadas ao campo de educomunicação descrito por Soares (2011).

6.4 Relação simbólica com o território

Aproximadamente 47% das entrevistas e duas das quatro sessões educomunicativas mencionaram referências territoriais ligadas ao rio e às rotinas que dele dependem (pesca, deslocamento, coleta e pequenas atividades agrícolas) e não a todas as rotinas comunitárias indiscriminadamente. As falas destacam o rio como fonte de sustento e via de circulação, associando-o ao trabalho, à agricultura e à mobilidade. Há alguns excertos ilustrativos, como, por exemplo: “A cheia atrapalha a pesca, mas o rio é de onde vem o sustento.” [E-09]; “Quando a maré está alta, o barco não passa e ficamos sem vender o peixe.” [E-15]. Nos registros de campo, o rio aparece como referência central nas conversas e nas imagens exibidas, frequentemente descrito como “forte” ou “difícil”, não em sentido metafórico, mas para expressar a força das correntes, a imprevisibilidade das marés e o esforço físico exigido nas travessias, elementos que estruturam a experiência cotidiana.

O conjunto dos dados indica uma relação pragmática e simbólica com o território, em que o rio opera como categoria de mediação entre natureza e cultura. Essa leitura é coerente com a caracterização das comunidades quilombolas do Amapá feita por Superti& Vilhena Silva (2015), que descrevem o rio e seus afluentes (Matapi, Pedreira, Araguari) como eixos de organização espacial e histórica, sustentando modos de vida, economia e pertencimento. Nessa perspectiva, o território não é apenas espaço físico, mas “matriz de significação e de sobrevivência”, onde o trabalho e a memória se entrelaçam.

A objetivação das transformações ambientais por meio das marés e da "força do rio" reflete o processo descrito por Moscovici (2007) e Jodelet (2017): fenômenos complexos (clima, variação hidrológica) são traduzidos em imagens concretas e linguagem cotidiana. A leitura do território é, portanto, representacional e experiencial, o rio funciona como lente simbólica para interpretar o ambiente e, ao mesmo tempo, como indicador empírico de mudança.

Esse vínculo é também coerente com a concepção de territorialidade híbrida proposta por Haesbaert (2020), na qual o território é simultaneamente material e simbólico, atravessado por dimensões produtivas, culturais e afetivas. No Quilombo São José do Matapi, tal articulação aparece tanto na dependência econômica ("de onde vem o sustento") quanto em referências à familiaridade intergeracional com o rio, o que aqui chamamos de forma descritiva, e não essencializante, de "ancestralidade aquática": um repertório de práticas e saberes transmitidos ao longo das gerações por meio do convívio cotidiano com o ambiente hídrico, mesmo quando não formalizados em narrativas genealógicas.

A ausência de menções diretas a rituais, festejos ou narrativas genealógicas não significa desapego identitário, mas possivelmente reflete o contexto das entrevistas, centradas em percepções ambientais e não em tradições culturais e o caráter funcional da relação rio-trabalho. Estudos etnográficos anteriores sobre a comunidade (BARTOLOMEU; FOSTER; SOUZA, 2019; SOUZA; CUSTÓDIO; FOSTER, 2023) mostram que a memória coletiva e a identidade quilombola frequentemente se expressam por meio de práticas cotidianas (pesca, plantio, deslocamento) e da oralidade escolar, mais do que por rituais formais.

Por fim, o modo como o rio estrutura o discurso das sessões confirma o que Soares (2011) descreve como ecossistema comunicativo: nas rodas de conversa, as imagens e narrativas audiovisuais possibilitam que os participantes enunciemnovamente o território, transformando o ambiente vivido em tema de diálogo e reflexão. Assim, a "relação simbólica com o território" observada aqui deve ser compreendida menos como culto ao passado e mais como processo ativo de tradução entre experiência, memória e comunicação, no qual o rio continua sendo a principal linguagem de pertencimento e de leitura das mudanças climáticas.

6.5 Práticas comunicativas e educativas

Nas entrevistas, 3 de 30 menções explícitas situam a escola como espaço de circulação de sentidos sobre clima; não surgiram referências a igreja, associações ou mídias nas respostas abertas. Alguns excertos ilustrativos, como: “Já faz um tempo que falamos sobre na escola” [E-01]; “Mais educação, uma pré-escola e mais educação” [E-10]. Nas sessões, os indicadores sobre o processo foram altos: “relevante/muito relevante” = 100% em todas as quatro sessões; “o debate ajudou” = 97,6% (40/41 respostas, média ponderada pelas sessões). Outras métricas registradas: 90,2% perceberam que a mediação facilitou a participação e 46,3% relataram sentir-se à vontade para falar.

Esses achados descrevem evidência de processo: a comunidade reconhece valor no espaço dialógico e na mediação das rodas (altas taxas de “relevância” e “debate ajudou”), enquanto a escola aparece como vetor formal de circulação de sentidos, padrão compatível com a abordagem educomunicativa. Em Soares (2011), educomunicação corresponde à gestão participativa da comunicação e à democratização dos sistemas, efetivando o direito à comunicação e fomentando habilidades comunicativas (o que explica a avaliação positiva do debate e da mediação). Além disso, o “tratamento educomunicativo” de temas ambientais pressupõe transdisciplinaridade e ecossistemas comunicativos que articulam escola e comunidade, exatamente o arranjo observado aqui.

Ao mesmo tempo, rigor e honestidade exigem limitar a inferência: indicadores de satisfação/ajuda não demonstram efeitos educativos ou mudanças de comportamento. A advertência freireana continua válida, isto é, desvelar a realidade não se confunde com transformá-la; sem mediações materiais e continuidade, corre-se o risco de ficar no “palavreado”. Ainda assim, o diálogo como práxis (ação-reflexão) é condição para processos formativos críticos, o que sustenta o valor das rodas tal como percebido pelos participantes.

Na delimitação analítica da pesquisa, os percentuais são autorrelatos e situados: o desenho não inclui pré/pós nem controle de desejabilidade social. Assim, interpretamos os dados como sinais de ecossistema comunicativo funcional (escola + rodas, com mediação efetiva) e potencial reflexivo, sem extrapolar para aprendizagem mensurável ou mudança comportamental. Essa leitura é coerente com a literatura do

campo (SOARES, 2011; SOARES; VIANA, 2021) e com a própria posição crítica de Freire (1997) sobre os limites entre conscientização e transformação.

6.6 Engajamento comunitário

As menções a ações coletivas foram pontuais: 10,3% relataram iniciativas como plantio/cultivo, melhoria de pontes, corte do mato e limpeza dos arredores. Nas sessões educomunicativas, apenas uma em quatro trouxe sugestão prática relacionada à infraestrutura ("um local com mais espaço"). Os registros de processo indicam alta aceitação da mediação (90,2% perceberam facilitação) e moderada autopercepção de voz ativa (46,3% sentiram-se à vontade para participar). Excertos ilustrativos seriam: "Cultivar e plantar mais." [E-08]; "Melhorar as pontes, cortar o mato e fazer a limpeza para afastar os animais." [E-11].

Os resultados revelam baixo nível de engajamento coletivo formal, mas indícios consistentes de organização comunitária difusa, centrada em ações práticas de automanutenção do espaço e melhoria das condições de vida. Essa forma de mobilização está em linha com o que Freire (1997) descreve como estágio inicial da *práxis*: um movimento de "inédito viável", no qual a percepção do problema antecede a ação transformadora. Há, portanto, evidência de conscientização incipiente, mas não de mobilização consolidada, uma distinção conceitual importante para evitar sobreinterpretações.

Nos termos da Educomunicação (SOARES, 2011), o papel do mediador foi reconhecido como facilitador de expressão, uma condição necessária, mas não suficiente, para fomentar engajamento autônomo. As rodas funcionaram como ecossistemas comunicativos (SOARES, 2011), espaços onde a comunicação horizontal e o diálogo criam possibilidades de escuta mútua, mas dependem de continuidade institucional para se converterem em ação coletiva. A alta percepção de relevância das sessões indica potencial de confiança e corresponsabilidade, coerente com a literatura sobre aprendizagem dialógica e cidadania comunicativa (BALDIN; ALBUQUERQUE, 2012), mas o baixo número de iniciativas concretas confirma que o projeto ainda se encontra no plano da reflexão e experimentação.

Essa dissociação entre reflexão discursiva e ação material é recorrente em contextos de vulnerabilidade estrutural. Superti& Vilhena Silva (2015) observam que as

comunidades quilombolas do Amapá, mesmo possuindo forte coesão socioterritorial, enfrentam restrições institucionais e econômicas que dificultam a transformação da consciência ambiental em iniciativas coletivas duradouras. O mesmo padrão aparece em Souza, Custódio & Foster (2023), ao analisar o projeto "Identidade Cultural" na escola local: a valorização da memória e da fala precede e prepara o engajamento efetivo.

Sob essa ótica, o engajamento relatado aqui representa uma etapa processual: a emergência de preocupações compartilhadas (limpeza, pontes, plantio) que, embora localizadas, expressam corresponsabilidade e pertencimento territorial. Elas se alinham à concepção de cidadania ecológica discutida por Baldin & Albuquerque (2012) uma ética de cuidado e cooperação voltada ao bem comum, distinta do ativismo formal, mas igualmente relevante como indicador de agência comunitária.

O estudo não permite inferir mudança comportamental, pois o desenho é transversal e exploratório. As ações relatadas são autorreferidas, sem validação observacional. Contudo, a coerência entre o discurso dos participantes e o papel do mediador nas sessões sugere mobilização simbólica inicial, apoiada em vínculos de pertencimento e memória territorial. Em contextos como o do Quilombo São José do Matapi, onde a vida coletiva se organiza em torno do rio e da economia doméstica, esse tipo de engajamento deve ser interpretado não como ausência de ação, mas como forma situada de resistência e cuidado, uma expressão prática daquilo que Freire chamaria de *esperança em processo*.

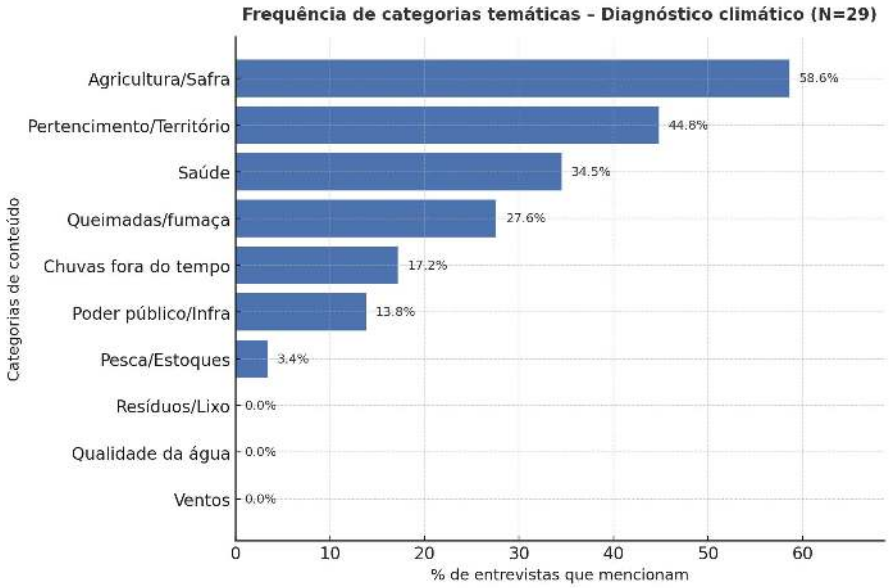
6.7 Representações sociais

As representações sociais das mudanças climáticas no Quilombo São José do Matapi revelam um conjunto de sentidos cotidianos fortemente ancorados na experiência do trabalho e no pertencimento ao território. O clima não é descrito em termos técnicos ou abstratos, mas como parte do ritmo de vida, um marcador das estações de pesca, da colheita e das dificuldades impostas pelas cheias e estiagens. Esse tipo de representação, enraizado na prática, confirma o que Jodelet (2017) denomina de *saber de experiência*, produzido coletivamente e mediado por memórias, práticas e percepções compartilhadas.

As entrevistas mostram que as mudanças climáticas são percebidas de forma fragmentada, porém concreta, associadas a fenômenos observáveis ("chuvas fora do tempo", "fumaça das queimadas", "calor forte") e a impactos diretos sobre o sustento

(“agricultura”, “pesca”, “saúde”). As categorias mais recorrentes - Agricultura/Safra (58,6%), Pertencimento/Território (44,8%) e Saúde (34,5%) - formam o núcleo das representações locais. Esse padrão indica uma leitura ecosocial do clima, em que o ambiente natural e o trabalho se entrelaçam com noções de vulnerabilidade e de justiça cotidiana (Figura 01).

Figura 1: Gráfico de frequências de categorias de conteúdo



Os processos de ancoragem e objetivação aparecem de modo pontual, mas revelador. As falas sobre “seca longa” e “tempo mudado” exemplificam uma temporalização simbólica (“antes era diferente”), enquanto menções ao rio e à comunidade configuram espacializações do risco (“aqui no rio é mais forte”). Esses modos de narrar reforçam o vínculo entre memória ambiental e identidade coletiva, constituindo o que Moscovici (2007) descreve como *tradução social do desconhecido*, a transformação de fenômenos globais em experiências inteligíveis no cotidiano.

Por outro lado, as menções a ações coletivas concretas foram raras (10,3%), restringindo-se a exemplos de mutirão, limpeza ou cultivo. Isso evidencia o predomínio de representações descritivas, não operativas, isto é, a compreensão do problema não se traduz ainda em práticas comunitárias sistemáticas. A ausência de temas como “lixo” e “qualidade da água” reforça o caráter incipiente da tematização ambiental enquanto problema público, mantendo-se no plano das percepções individuais e dos afetos territoriais.

A análise, portanto, indica que o núcleo representacional do clima no Matapi se organiza em torno de três polos:

(1) Trabalho e subsistência, com ênfase em agricultura e pesca;

(2) Pertencimento e identidade territorial, centrados no rio e na comunidade;

(3) Vulnerabilidade física e social, expressa nas menções a doenças, calor e cheias.

Esses polos dialogam com o conceito de *produção social do risco* (BECK, 1992; PORTO-GONÇALVES, 2006), em que as desigualdades materiais e simbólicas moldam a percepção do perigo. No caso estudado, o risco é vivido como *rotina ambientalizada*, não como evento excepcional o que torna as práticas de comunicação e educação ambiental decisivas para transformar percepções em agência.

Em síntese, o corpus analisado revela um campo representacional em construção, sustentado por experiências sensíveis mais do que por discursos técnicos. A educomunicação, ao promover escuta, diálogo e ressignificação coletiva, mostra-se um dispositivo potente para converter percepção em reflexão, e reflexão em possível ação, desde que articulada a políticas públicas de base comunitária que reconheçam a dimensão simbólica do território.

De forma sintética, a integração entre entrevistas e oficinas mostra que:

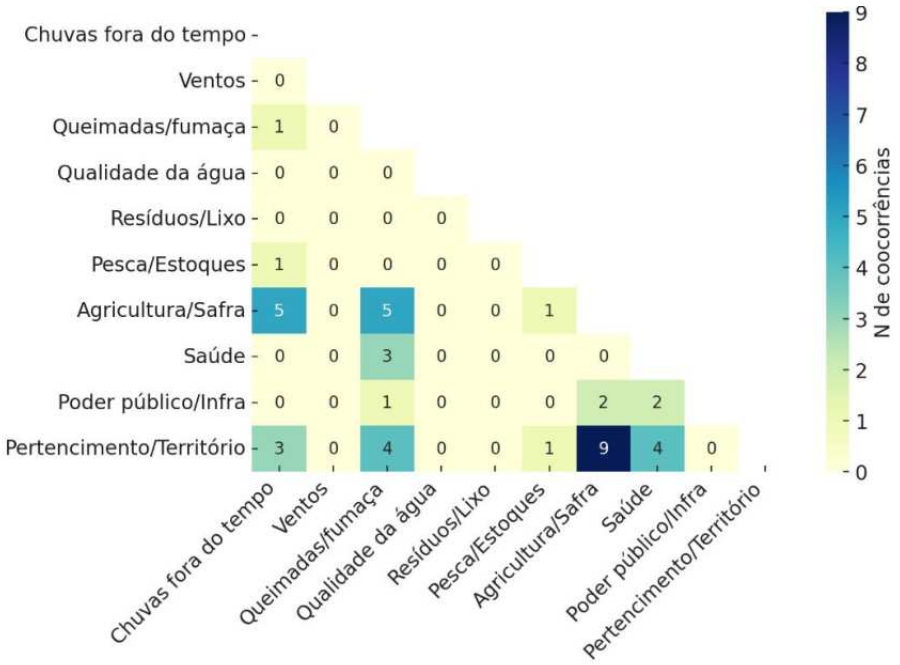
1. As oficinas amplificaram sentidos já existentes sobre clima e território, reforçando percepções enraizadas no cotidiano;
2. O dispositivo audiovisual estimulou comparação e atualização de memórias ambientais;
3. O processo educomunicativo não criou novos temas, mas fortaleceu vínculos discursivos entre ambiente, pertencimento e responsabilidade coletiva.

Assim, as sessões funcionaram como mediadores simbólicos entre experiência e reflexão, transformando o diagnóstico em diálogo e consolidando o clima como tema comum de conversação e identidade local.

A matriz de coocorrência (Figura 2) evidencia que as representações locais das mudanças climáticas se organizam em torno de três eixos de sentido interconectados: clima–trabalho, território–identidade e ambiente–saúde. As coocorrências mais fortes aparecem entre Agricultura/Safra e Pertencimento/Território (9 casos), seguidas por Agricultura/Safra e Chuvas fora do tempo (5 casos) e Agricultura/Safra e

Queimadas/Fumaça (5 casos). Esse padrão indica que as percepções climáticas são articuladas a práticas produtivas e ao vínculo simbólico com o território. E que não derivam de generalizações socioambientais amplas, mas de relações concretas entre atividade econômica, condições ambientais e rotina local.

Figura 2: Matriz de coocorrência temática



Também se observam coocorrências relevantes entre Queimadas/fumaça e Saúde (3 casos), sugerindo uma leitura empírica do risco ambiental centrada em impactos físicos imediatos (respiração, doenças, desconforto). Essa associação ilustra o que Jodelet (2017) chama de *ancoragem na experiência sensível* quando a ameaça ambiental é reconhecida no corpo antes de ser elaborada cognitivamente.

A ausência de correlações envolvendo Qualidade da água e Resíduos/Lixo indica zonas de silêncio representacional, isto é, dimensões do ambiente que ainda não se tornaram objeto de problematização coletiva. Esse dado é consistente com o caráter descritivo do corpus: os entrevistados narram o clima a partir do vivido, mas sem generalizações socioambientais amplas. Assim, o mapa de coocorrência confirma a estrutura concêntrica das representações: o núcleo formado por *agricultura, pertencimento e chuvas* (elementos identitários e de subsistência) e uma periferia composta por *saúde, queimadas e poder público*, que aparecem de modo mais eventual. Essa hierarquia de temas reforça a ideia de que o discurso climático local é situado,

prático e relacional, moldado por experiências materiais de vulnerabilidade e pertencimento territorial.

7. Considerações finais

A educomunicação, quando concebida como prática dialógica e territorial, constitui uma ferramenta efetiva para ampliar a consciência socioambiental e fortalecer processos de aprendizagem sobre mudanças climáticas na Amazônia. As quatro sessões de mediação audiovisual realizadas no Quilombo São José do Matapi revelaram que o cinema, articulado à escuta e à oralidade, pode operar como mediador simbólico entre ciência e experiência, favorecendo o reconhecimento das vulnerabilidades locais e a valorização dos saberes comunitários.

A análise dos dados, estruturada em cinco dimensões, consciência socioambiental, percepção de riscos, relação simbólica com o território, práticas comunicativas e engajamento comunitário, evidenciou transformações perceptivas e discursivas. As narrativas dos participantes indicaram a emergência de novos modos de ver e sentir o clima, reafirmando que o enfrentamento da crise climática é também um processo de reconstrução cultural e epistemológica.

O Quilombo São José do Matapi emerge, assim, como um território que fala, onde o saber local se converte em potência de resistência e imaginação. A experiência reforça que a justiça climática não se realiza apenas nas políticas públicas, mas também nas narrativas compartilhadas, capazes de produzir reconhecimento, esperança e ação coletiva.

Conclui-se, portanto, que a educomunicação climática representa não apenas uma metodologia de ensino, mas uma epistemologia amazônica do diálogo, uma forma de pensar e comunicar o futuro a partir das margens do rio, onde o conhecimento é, ao mesmo tempo, palavra, gesto e comunidade.

Referências

ACSELRAD, H. *O que é justiça ambiental?* Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

AMAPÁ. SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – (Sema/AP). *Relatório do Comitê de Crise de Eventos Hidrológicos e Mudanças Climáticas no Estado do Amapá*. Macapá: Sema/AP, 2023. 31 p.

AMAPÁ. *Decreto nº 9058, de 22 de novembro de 2023.* Declara situação de emergência em municípios afetados por eventos climáticos e adota outras providências. Macapá: Governo do Estado do Amapá, 2023.

AMARAL-FILHO, O.; CASTRO, F.F.; SEIXA, N.S.A. *Pesquisa em Comunicação na Amazônia.* Belém:Fadesp, 2010.

ANTUNES, M. de O.; SILVA, K. "Gestão de memórias e narrativas identitárias: conflitos e alianças em contextos interétnicos". *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, v. 4, n. 8, p. 82–108, ago./dez. 2017. ISSN: 2358-5587.

BAGOLLE, A.; COSTELLA, C.; GOYENECHE, L. *Proteção social e mudanças climáticas:* como proteger as famílias mais vulneráveis de novas ameaças climáticas? Washington, D.C.: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2023.

BALDIN, L.; ALBUQUERQUE, J. *Cidadania ecológica:* concepções e práticas de estudantes universitários. Curitiba: UFPR, 2012.https://doi.org/10.4000/sociologico.681

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2016.

BARTOLOMEU, A. O.; FOSTER, E. L. S.; SOUZA, S. R. A. "Quilombo, escola e desenvolvimento sustentável: a memória no processo de (re)produção da comunidade de São João do Matapi, Macapá–Amapá–Brasil". *III EncuentroLatinoamericano y Europeo sobre Ciudades, Edificaciones y Comunidades Sostenibles*, 2019. p. 798–766.

BECK, U. *Risk society*: towards a new modernity.London: Sage, 1992.

BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). *Informe de sustentabilidade.* 2023.

BRASIL. Fundação Cultural Palmares. *Portaria nº 135, de 31 de março de 2010: reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombos no Estado do Amapá.* Brasília: FCP, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. "Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais". *Diário Oficial da União*, Brasília, 24 maio 2016.

BRASIL. "Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)". *Diário Oficial da União*, Brasília, 15 ago. 2018.

BRASIL. Fundação Cultural Palmares. *Relatório: Quilombos certificados – 2020.* Brasília: FCP, 2020.

BRAUN, V.; CLARKE, V. "Usingthematicanalysis in psychology". *QualitativeResearch in Psychology*, v. 3, n. 2, p. 77–101, 2006.

BRITO, J.; M. S.; FARIAS, E. S.; QUINELATO, R.V.; SILVA, A. G. "Pesquisas sobre percepção ambiental em comunidades tradicionais com abordagens sobre os motivos da valoração ambiental: uma incursão nas dissertações e teses de 2009–2017".*Caminhos de Geografia*, Uberlândia, v. 22, n. 83, p. 19–30, out. 2021. DOI: https://doi.org/10.14393/RCG228355697.

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. *Panorama Social da América Latina 2022*. Santiago: Cepal, 2022.

CEREZINI, Monise Terra; CASTRO, César Nunes. *Mudanças Climáticas*: Desafios para adaptação nas regiões metropolitanas brasileiras. Brasília, DF: Ipea, 2024.

COELHO, C. de A. W.; *et al.Mudança do clima no Brasil*: síntese atualizada e perspectivas para decisões estratégicas. Brasília: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, 2024. 106 p. ISBN: 978-65-5471-018-3.

CUSTÓDIO, E. S.; SOUZA, S. R. A. de; ALMEIDA, M. das D. do R. "História, cultura e identidade: olhares sobre comunidades quilombolas no estado do Amapá". *Revista de Ciências Sociais*, v. 66, p. 220–254, 2019. DOI: https://doi.org/10.23925/2176-2767.2019v66p220-254

ESCOBAR, A. "Territórios de diferença: a ontologia política dos 'direitos ao território'".*Climacom Cultura Científica - Pesquisa, Jornalismo e Arte* | Ano 02 - Volume 02. 2016

FERNÁNDEZ-REYES, R. "A comunicação climática e da biodiversidade em tempos de multicrises". *Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo*, Brasília, v. 13, n. 31, p. 1–10, mar. 2024. DOI: https://doi.org/10.46952/rebej.v13i31.1222

FRANÇA, G. N.; PINTO, B. C. de M.; MOREIRA, C. C. S. "História, memória e identidade quilombola entre os habitantes de São José de Icatu, município de Mocajuba/PA, Norte da Amazônia". *Revista Aracê*, v. 7, n. 4, 2025. DOI: https://doi.org/10.56238/arev7n4-226

FREIRE, P. *Pedagogia da esperança:* um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HAESBAERT, R. "Território(s) numa perspectiva latino-americana".*Journal of Latin American Geography*, Volume 19, Number 1, January 2020, pp. 141-151. DOI:https://doi.org/10.1353/lag.2020.0007

INGOLD, T. *Estar vivo:* ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. Petrópolis: Vozes, 2015.

IPCC – IntergovernmentalPanelonClimateChange. ClimateChange 2022: *Impacts, AdaptationandVulnerability. ContributionofWorkingGroup II totheSixth Assessment Report.* Cambridge University Press, 2022.

JODELET, D. *Representações sociais e mundos de vida.* Fundação Carlos Chagas, 2017.

LOMBA, R. M.; PORTO, J. L. R. "Conflitos na fronteira amazônica: conservação e disputas nas áreas protegidas do Amapá – Brasil".*Revista Confins,* n. 47, p. 1-21, 2020. DOI: 10.4000/confins.31998.

MARENGO, J.; ESPINOZA, J. C. “Extreme seasonaldroughtsandfloods in Amazonia: causes, trends andimpacts”. *InternationalJournalofClimatology*, v. 36, p. 1033–1050, 2016. DOI: https://doi.org/10.1002/joc.4420

MOSCOVICI, S. *Representações sociais:* investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2007.

PEREIRA, A. F. C.; GARZIERA, L.; SANTOS, M. H. P. dos; ALVES, P. P. “Conexões entre desastres naturais e vulnerabilidade social no Brasil: uma análise de justiça climática de 1991 a 2022”. *Revista de Estudos Interdisciplinares*, v. 7, n. 1, jan.–fev. 2025. DOI: https://doi.org/10.56579/rei.v7i1.1636.

PORTO-GONÇALVES, C. W. *A globalização da natureza e a natureza da globalização.* 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SCHLOSBERG, D.; COLLINS, L. B. “From environmental to climate justice: climate change and the discourse of environmental justice”.*WIREsClimateChange*, v. 5, p. 359-374, 2014. DOI: 10.1002/wcc.275.

SILVA, L. F. “Amazônia, dinâmicas territoriais e conflitos agrários: revisão de uma trajetória de curta duração”.*Rev. Nera* | Presidente Prudente, SP | v. 28, n. 1 | e10467 | 2025. DOI: 10.47946/rnera.v28i1.10467

SOARES, I. O. *Educomunicação:* o conceito, o profissional, a aplicação. São Paulo: Paulinas, 2011.

SOARES, L.R. *A disputa pelo controle das terras e a situação dos territórios quilombolas no Amapá.*Geouerj, 2022. DOI**:** 10.12957/geouerj.2021.64989

SOUZA, S. R. A.; CUSTÓDIO, E. S.; FOSTER, E. L. S. “Quilombo e memória: o projeto Identidade Cultural na Escola David Miranda em Santana-AP”. *Interfaces da Educação*, v. 13, n. 39, p. 63–86, 2023.

SUPERTI, E.; VILHENA SILVA, G. “Comunidades quilombolas na Amazônia: construção histórico-geográfica, características socioeconômicas e patrimônio cultural no estado do Amapá”. *Confins,* n. 23, 2015. DOI: https://doi.org/10.4000/confins.10021

TORRES, P. H. C.; URBINATTI, A. M.; GOMES, C.; SCHMIDT, L.; LEONEL, A. L.; MOMM, S.; JACOBI, P. R. “Justiça climática e as estratégias de adaptação às mudanças climáticas no Brasil e em Portugal”. *Estudos Avançados*, v. 35, n. 102, p. 159–176, 2021. DOI: 10.1590/s0103-4014.2021.35102.010